CELEBRAR COM MUITO ORGULHO OS CEM ANOS DA SRB

MARCELO VIEIRA

PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA (SRB)

DA REDAÇÃO

PRESIDENTE DA histórica SRB, que completa o primeiro centenário de existência neste ano, Marcelo Vieira também divide as suas atividades como empresário rural na cafeicultura no sul de Minas Gerais e na vice-presidência da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na siga em inglês). Como entrevistado, apresenta uma visão do agro diante de um governo com propostas de trabalho mais liberais para a economia brasileira.

AGROANALYSIS: A LINHA LIBERAL DO NOVO GOVERNO TRAZ PROBLEMAS PARA O AGRO?

MARCELO VIEIRA: Parece ser ainda muito cedo para chegar a uma conclusão quanto a um dos pontos mais críticos para o agro. Em princípio, a proposta liberal é positiva quando se trata de reduzir burocracia e regulamentação excessiva. Quando tomamos por base os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vemos que, no Brasil, a ajuda governamental representa 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e menos de 3% da renda do agricultor. Esses números são menores apenas na Nova Zelândia. Então, não esperamos muita discordância nessa seara.

Normalmente, na Organização Mundial do Comercio (OMC), o Brasil tem se pautado por recorrer com contenciosos no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) contra a prática de medidas protecionistas de países. Tivemos, agora, já no atual governo, a medida da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério



STUDIO01.FOT.BR

da Economia de suspender a tarifa sobre a importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia. Esse é o primeiro embate a ser colocado em discussão.

DEPOIS DE SEIS ANOS, COMO AVALIAR O NOVO CÓDIGO FLORESTAL (CF)?

MV: Existem aspectos positivos a serem destacados. Sem dúvida, a descentralização do processo foi um passo para frente. Acontece que o repasse de uma peça jurídica tão complexa como o CF para os estados e as suas Assembleias não acontece da noite para o dia. A evolução dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs), por exemplo, leva tempo e acontece de forma devagar. Há registros de progressos interessantes na região Norte, como nos estados do Pará e do Acre.

De certa forma, podemos avaliar que o projeto de montagem do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi colocado de pé. Temos mais de 4 milhões de cadastros prontos para serem estruturados e analisados. Em algumas Unidades da Federação (UFs), a legalidade das normas do PRA sofre questionamentos, como em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Existem Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra o CF no Supremo Tribunal Federal (STF) que precisam ser decididas. O mesmo acontece com a falta de definição do conceito de identificação ecológica para compensar áreas dentro e fora de uma mesma bacia hidrográfica. Isso causa discórdia entre Ministério Público, produtores e alguns juízes.

COMO AVALIAR OS RECURSOS E A TAXA DE JUROS PARA O PLANO SAFRA 2019/2020?

MV: Entramos numa reta de chegada de negociações. Isso se repete em todo ciclo agrícola. Começaremos em julho de 2019 e terminaremos em junho de 2020. A conjuntura macroeconômica contribui do lado bom em termos de controle da taxa de inflação e da taxa de juros Selic. Com o forte suporte do agro, a balança comercial também representa uma garantia de excelentes resultados. A recessão de 2014, 2015 e 2016, com PIB negativo, deve ser vista como página virada. Precisamos, sim, de PIBs maiores do que aqueles apurados em 2017 e 2018.

> “DEVEMOS OLHAR COM CARINHO AS POSSIBILIDADES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS A SEREM INVESTIDOS NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA.”

A taxa Selic caiu para o seu menor nível histórico, de 12,5% para 6,5%, de 2015 aos dias atuais. Isso reduziu os gastos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para subsidiar as operações a taxas de juros controladas de R$ 20,30 bilhões para estimados R$ 9,90 bilhões entre as safras 2014/15 e 2018/19. O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020 será o terceiro estabelecido dentro do limite de teto, com oferta de crédito rural corrigida pela inflação, em quantidade muito ajustada à demanda crescente. Devemos olhar com carinho as possibilidades de captação de recursos externos a serem investidos na agropecuária brasileira. Temos de ocupar mais espaço no mercado de títulos verdes (*green bonds*).

HÁ ESPAÇO PARA A SUBVENÇÃO DO SEGURO RURAL?

MV: Esse será o grande desafio para o PAP 2019/2020. Os recursos aplicados no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) praticamente minguaram, pois concorrem com os recursos não contingenciáveis, como a manutenção geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA) e a folha de pagamento. Assim, quando do preenchimento dos Decretos de Contingenciamento pelo governo federal, recebem menor prioridade durante a escolha dos gastos a serem mantidos. Desde 2015, o Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR), aprovado pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), não superou a casa dos R$ 400 milhões. A virada terá de ser vigorosa.

COMO FICA A IMAGEM DO AGRO?

MV: Esse sempre foi um tema muito sensível. O setor trata de negociações complicadas, como as queimadas e o desmatamento de florestas, a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de áreas de quilombolas e trabalhos escravos, entre outras. Tivemos momentos bem críticos e radicais quando discutíamos a aprovação do CF. Parecia que essa etapa tinha sido superada, mas vieram as denúncias de irregularidades com as operações deflagradas pela Polícia Federal no mercado de carnes.

Temos de trabalhar muito ainda nessa questão da imagem e da reputação do agro. Certamente, toda associação da produção agropecuária e florestal com as boas práticas ambientais constitui uma estratégia correta e um passo certo. Isso, aliás, faz parte da demanda e do anseio globais. Como conquistamos uma posição de liderança na produção de alimentos, fibras e energia renovável, devemos focar nessa visão. Vamos aguardar as estratégias a serem definidas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) nesse novo governo.

A LINGUAGEM DIGITAL CHEGA AO CAMPO?

MV: O atual estágio da agricultura brasileira demanda a adoção de modernas ferramentas de comunicação, e a maioria delas depende de uma robusta plataforma digital e da inserção de novas técnicas, cujo impacto sobre a qualidade das lavouras é enorme. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o acesso à internet no campo, de 2006 a 2017, aumentou 1.790,1%, de 75 mil para 1.425 mil produtores. Destes, 61% já usam *smartphones* na realização das suas tarefas.

Uma agropecuária mais tecnificada e conectada é importante não apenas para o mercado interno, mas, sobretudo, para que o País mantenha o superávit na balança comercial. Como é de conhecimento geral, tivemos um crescimento espetacular nessa área. Entre 2000 e 2018, as exportações totais do agronegócio brasileiro passaram de US$ 20,6 bilhões ao ano para US$ 101,7 bilhões. Foi uma expansão de cinco vezes em dezoito anos. O feito é ainda mais relevante quando se lembra que, nesse período, houve a grave crise financeira global entre 2008 e 2010, quando o comércio mundial teve um refluxo significativo.

O BRASIL DEVE PERMANECER NO ACORDO DO CLIMA DE PARIS?

MV: No Fórum Econômico Mundial, em Davos, o governo brasileiro fez um anúncio público de que não deixará o Acordo de Paris. Esse posicionamento é positivo para a imagem do País, que inclusive já estabeleceu medidas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) nas áreas de energia, agricultura e desmatamento, as quais participam, respectivamente, com 37%, 33% e 18% no total das emissões.

> “TEMOS DE TRABALHAR MUITO AINDA NESSA QUESTÃO DA IMAGEM E DA REPUTAÇÃO DO AGRO.”

Temos metas interessantes para 2030. Estabelecemos: atingir 45% de energia renovável na matriz energética brasileira; expandir o uso de fontes de energia não fósseis para 23%; aumentar para 18% a participação de biocombustíveis na matriz energética; zerar o desmatamento ilegal na Amazônia; reflorestar 12 milhões de hectares de florestas; recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; e ampliar em 5 milhões de hectares os sistemas de lavoura-floresta.

PODEMOS COMENTAR OS CEM ANOS DA SRB E A CAFEICULTURA?

MV: Com líderes brilhantes na sua administração ao longo do tempo, a SRB conseguiu marcar um papel de intensa luz no crescimento e no desenvolvimento da agropecuária nacional. Planejamos registrar grande parte desses feitos com o lançamento de um livro. Será um trabalho de pesquisa extenso e aprofundado para selecionar fatos relevantes de uma história memorável. Temos de fazer com muito orgulho essa celebração.

Em relação à cafeicultura, os desafios prosseguem. De 1952 a 1989, quando foi extinto, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) dava as cartas nas políticas agrícolas do produto. Começava uma nova fase de coordenação na cadeia de produção e comercialização da rubiácea, voltada a atender as necessidades e os desejos do consumidor moderno. Estamos, agora, nessa empreitada acirrada de manter o Brasil na ponta dos cafés *gourmet* ou especiais, baseados na diversidade e na qualidade da bebida. É uma batalha árdua. ■

> “PLANEJAMOS REGISTRAR GRANDE PARTE DESSES FEITOS COM O LANÇAMENTO DE UM LIVRO.”



STUDIO01FOT.BR